

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros e companheiras que nos acompanham pelos veículos de comunicação desta Casa, o Procurador de Justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), Ricardo Albuquerque, disse, durante palestra para estudantes do curso de Direito nesta terça-feira (26), em Belém, que *"esse problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar"*.

Um áudio com esse trecho da fala do Procurador viralizou nas redes sociais. Esta fala, em qualquer contexto que tenha sido feita, deve ser veementemente repudiada e condenada.

O Procurador, pelo que se pode verificar no áudio, não somente mostra o seu preconceito doentio e criminoso contra as populações indígenas e quilombolas, mas também mostra seu despreparo e a falta de um mínimo de conhecimento da história do Brasil, principalmente da história da Amazônia, da escravidão africana e dos trabalhos forçados impostos às populações indígenas.

Das duas, uma: ou o Sr. Albuquerque é um completo ignorante, o que é bem improvável, tendo em vista o cargo que ocupa, ou faz isso de caso pensado, bem na linha de pessoas como Olavo de Carvalho, que inverte a narrativa histórica, a meu ver, de forma consciente, para alimentar uma cultura anti-histórica, anticientífica, baseada apenas em crenças e no senso comum.

Se o Sr. Ricardo Albuquerque tivesse procurado qualquer trabalho sério sobre a história da Amazônia, por exemplo, saberia que a metade da mão de obra utilizada, não só na lavoura, mas em todas as atividades produtivas da Amazônia Colonial Portuguesa, era indígena. Por volta de 1779, toda a população envolvida com a atividade colonizadora portuguesa na Amazônia, falando aqui apenas das Capitânicas do Pará e Rio Negro, com trabalhos compulsório ou livre, estava em torno de 68 mil pessoas. Dessas, 30 mil eram índios trabalhando nas missões religiosas, depois em diretórios de Índios; e cerca de 6 mil trabalhando diretamente nas fazendas, engenhos e demais

atividades. Nessa época, a população escrava disponível era de 13 mil pessoas, e a branca, de apenas 10 mil pessoas.

Estamos falando somente da colonização portuguesa, nas Capitânicas do Pará e Rio Negro. Não estamos mencionando o Maranhão, nem as colônias espanholas, inglesas, francesas, etc.

Mas não fica por aqui. A chave da questão é que o Sr. Procurador disse que *"esse problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar"*. Aí é mais grave. Quer dizer que a escravidão então é justificável, na visão do Procurador?

Outra coisa grave na fala do Procurador é a afirmação de que não devemos nada aos remanescentes de escravos, os quilombolas, porque ninguém de nós foi dono de navios negreiros. Engana-se o "nobre" Procurador. Basta consultarmos nossos sobrenomes de brancos para chegarmos aos nossos antepassados escravistas e traficantes de escravos. As maiores fortunas brasileiras acumuladas no período colonial foram feitas graças ao tráfico negreiro. No Rio de Janeiro, segundo os historiadores, estavam assentadas as maiores fortunas do mundo na época. Esses bilionários não fizeram fortuna trabalhando duro da lavoura, mas vendendo e comprando almas, comprando e vendendo gente.

Portanto, Sr. Procurador, devemos, sim, e muito, às populações quilombolas e às demais populações afrodescendentes e indígenas, e todas as formas de reparação — já feitas e por fazer — serão incapazes de apagar tamanha chaga.